

MODELO SOCIOLÓGICO DE DECISÃO DE VOTO PRESIDENCIAL NO BRASIL 1994-2006

José Paulo Martins Junior

Resumo

O trabalho analisa as eleições presidenciais brasileiras entre 1994 e 2006 tendo como referencial analítico a escola sociológica da decisão de voto. Segundo essa vertente, características econômicas, sociais e demográficas dos eleitores determinam o voto. Para testar a validade dessa teoria, adotamos duas variáveis dependentes, o voto no PSDB e no PT, e como variáveis independentes, algumas características dos eleitores, tais como o sexo, a idade, a escolaridade, a renda, a religião, a cor da pele e o local de moradia. Foram realizadas análises multivariadas utilizando regressões probabilísticas. Os resultados indicam que os modelos não possuem grande poder explicativo ou preditivo, contudo apontam para um aumento desse poder nas eleições de 2006.

Palavras-chave: Decisão de Voto; Eleições Presidenciais; Brasil; Eleitores; 1994-2006.

Abstract

The paper analyzes the Brazilian presidential elections between 1994 and 2006. The analytical framework is the sociological school of vote decision. According to this approach, local economic, social and demographic characteristics of voters determine the vote. To test the validity of this we adopted two dependent variables, namely, PSDB and PT vote, and, as independent variables, some characteristics of voters, such as sex, age, education, income, religion, color skin and place of residence. Multivariate analysis were carried out using probability regressions. The results indicate that the models do not have much explanatory or predictive power, however, show an increase of power in the 2006 elections.

Key words: Vote Decision; Presidential Elections; Brazil; Voters; 1994-2006.

1. Introdução

Desde os primeiros trabalhos de análise do comportamento eleitoral, sempre se levaram em consideração as características demográficas e socioeconômicas dos eleitores. Nos primórdios, antes da década de 1940, os estudos apresentavam uma análise ecológica dos votos, examinando resultados eleitorais de pequenas regiões, cidades ou estados, e tendo como suporte dados censitários. Dessa forma, foi possível detectar, com base em dados agregados, importantes fatores relacionados ao voto, como religião, local de moradia e status socioeconômico (cf. MARTIN, 1874 e NEWMARCH, 1857).

A partir dos anos 1940, os pesquisadores da Universidade de Colúmbia mudaram o método de pesquisa e passaram a utilizar dados de pesquisas de opinião, com os quais era possível a análise dos eleitores ao nível individual (LAZARFELD, BERELSON e GAUDET, 1948; BERELSON, LAZARFELD e MCPHEE, 1954; BENNEY, GRAY e PEAR, 1956; MILNE e MACKENZIE, 1958; LIPSET, 1981; LIPSET & ROKAN, 1967). Até hoje, esse método de pesquisa é o mais utilizado nas análises do comportamento político.

Ainda que o método tenha permanecido, a chave socioeconômica para a compreensão dos resultados das eleições começou a perder terreno a partir dos anos 1960, quando ganhou força uma nova corrente, mais preocupada com aspectos psicológicos e cognitivos como a identificação partidária e ideológica, mas que nunca deixou de lado as características demográficas, sociais e econômicas (CAMPBELL et al., 1960; BUTLER e STOKES, 1969).

No Brasil, a vertente socioeconômica manteve seu vigor até o início dos anos 1990 (SINGER, 1990; CASTRO, 1994), quando novas abordagens para o estudo do comportamento eleitoral foram incorporadas por nossos analistas (SINGER, 2000; CARREIRÃO, 2002).

Esse arejamento, porém, não foi suficiente para que estes deixassem de considerar as condições de vida mais objetivas dos cidadãos. Diferenças no comportamento entre mulheres e homens, entre os menos e os mais escolarizados e regionais ainda continuam presentes nos trabalhos realizados pelos que se interessam pela temática.

Como veremos, a disputa entre o PSDB e o PT pela Presidência da República está relacionada a variáveis socioeconômicas. Faz diferença saber se o eleitor é homem ou mulher, qual é o seu nível de escolaridade e onde mora, para inferir qual é a chance de que vote em um dos dois partidos nas eleições que protagonizaram. Mais do que isso, veremos também como são fluidas as bases sociais dos partidos.

Neste trabalho, construímos modelos probabilísticos para a decisão de voto no PSDB e no PT, tendo como variáveis independentes as características demográficas e socioeconômicas dos eleitores. Antes,

porém, é necessária uma revisão da literatura internacional e nacional que nos dê o embasamento teórico que norteará a análise empírica.

2. A abordagem sociológica do comportamento eleitoral na literatura internacional

As eleições são um dos pontos altos dos regimes políticos, especialmente dos democráticos. Desde que o sufrágio passou a ser estendido a parcelas cada vez maiores da população, aumentou o interesse de todos os que acompanham de perto a política sobre como as pessoas votam e por que tomam as decisões que tomam dentro da cabine eleitoral.

Os estudos detalhados sobre as motivações das decisões individuais de voto são recentes. Só com o desenvolvimento das pesquisas de opinião e dos sistemas de processamento de dados, a partir principalmente da década de 1950, é que se tornou possível obter informações sobre os processos individuais de tomada de decisão eleitoral. Em seus primórdios, o estudo do comportamento eleitoral esteve muito vinculado a uma abordagem sociológica. A principal clivagem social que orienta os trabalhos, tanto nos EUA, como na Europa, é a de classes. A idéia de fundo é que os partidos haviam se organizado em bases sociais distintas, e que essas diferenças refletiam-se fortemente na maneira como eleitores de diferentes estratos sociais comportavam-se politicamente, ou seja, o sistema partidário e o comportamento eleitoral refletiam as clivagens existentes na sociedade.

Os primeiros trabalhos importantes nessa linha de pesquisa, que combinava análise sociológica com dados de pesquisa quantitativa para buscar compreender o comportamento político, foram os organizados pelos pesquisadores da Universidade de Colúmbia. Como exposto em *The People's Choice* (LAZARSELD, BERELSON e GAUDET, 1948) e em *Voting* (BERELSON, LAZARSELD e MCPHEE, 1954), existiria forte impacto social sobre as decisões políticas.

Já era consensual nos EUA de então o reconhecimento da existência de diferenças sociais claramente perceptíveis entre democratas e republicanos. Os autores confirmam essa idéia, mostrando

que, quanto maior o nível socioeconômico, maior a proporção de intenção de voto nos republicanos; mostram também que a religião é outra variável importante, já que, independentemente do nível socioeconômico, os católicos são, em escala majoritária, democratas. Outros aspectos importantes são as maiores proporções de republicanos no meio rural e entre as mulheres.

Para eles, a votação é essencialmente uma experiência de grupo e os indivíduos que trabalham, vivem ou se divertem juntos tendem a votar em um mesmo candidato. Mais que isso, indivíduos a quem corresponde aproximadamente a mesma predisposição política tendem a se unir socialmente, o que leva os grupos a uma uniformidade de idéias e comportamento político. Esse aspecto torna-se mais evidente com a constatação de que a maioria dos eleitores que mudou de idéia em relação ao voto seguiu a inclinação política predominante de seu grupo social. Um dos fatores de pressão social sobre o voto mais forte nos EUA dos anos 1940 era a família, principalmente para jovens e mulheres.

Os primeiros estudos na Europa que seguiram a mesma abordagem teórica e metodológica da escola de Colúmbia foram realizados na Grã-Bretanha. Em *How People Vote* (BENNEY, GRAY e PEAR, 1956) e em *Marginal Seat* (MILNE & MACKENZIE, 1958), são examinadas informações sobre o comportamento dos eleitores nas localidades de Greenwich e Bristol, coletadas ao longo da campanha em uma pesquisa tipo painel. Os achados desses autores britânicos reforçam os obtidos nos EUA, principalmente no que diz respeito às características socioeconômicas dos eleitores, dentre as quais encontram-se o sexo, a religião, o pertencimento a grupos, a condição social e, em especial, a consciência de classe, questão importante na Grã-Bretanha. A diferença central entre os estudos norte-americanos e ingleses é que os primeiros ocupavam-se das eleições presidenciais, enquanto os últimos tratavam de eleições para deputado, dado que o sistema britânico é parlamentarista.

Diversos estudos entre os anos 1950 e 1960 deram ênfase à influência que as diferenças sociais exerciam sobre as opções políticas. Dentre eles, *Political Man* (LIPSET, 1981) foi um dos mais influentes, porque explicitou um caráter classista na disputa eleitoral nas

democracias ocidentais. A clivagem social, a diferença entre ricos e pobres, o status, a renda, o pertencimento aos sindicatos de trabalhadores, a religião, tudo gerava impacto sobre a decisão sobre a posição política a adotar. Os trabalhadores, os pobres e os sindicalizados, entre outros, ficavam ao lado dos partidos socialistas, trabalhistas e comunistas, confessionais; a classe média e alta alinhava-se mais aos partidos liberais e conservadores. A disputa político-partidária tentava enquadrar em moldes democráticos o embate entre dois pólos que marcavam claramente suas fronteiras.

A partir dos anos 1960, as análises começam a matizar a centralidade da clivagem social sobre o comportamento político. Isso não implicou, contudo, no abandono do exame do impacto das variáveis demográficas e socioeconômicas, as quais, pelo menos as mais importantes, continuavam a fazer sentido político e eleitoral. Assim é que, em *The American Voter* (CAMPBELL et al., 1960), os autores também investigam o papel das classes sociais no comportamento eleitoral. Diferentemente de outros grupos, as classes sociais nos EUA raramente se organizam de maneira formal ou possuem lideranças ou porta-vozes, mesmo que informais.

Assim como ocorrera com os trabalhos da escola de Colúmbia, a agenda de pesquisa teórica e metodológica da escola de Michigan foi utilizada para a realização de uma série de trabalhos sobre as eleições na Grã-Bretanha, conduzidos por Butler e Stokes entre os anos de 1963 e 1970. A principal publicação da dupla foi *Political Change in Britain* (BUTLER e STOKES, 1969). Assim como nos EUA, o foco da análise recai sobre os alinhamentos partidários. O padrão britânico de competição partidária transforma-se ao longo do século XX, com o crescimento das preferências eleitorais pelos trabalhistas e com a decadência dos liberais. Os autores procuram investigar as causas da expansão trabalhista e também da manutenção da força eleitoral dos conservadores.

Mais recentemente, muitos pesquisadores, entre os quais Dalton (1984), Dalton e Wattenberg (1993) e Inglehart (1990), têm indicado alterações nos padrões de comportamento eleitoral que acompanham mudanças nas sociedades ocidentais. Knutsen (2006) estudou o voto

classista em oito países da Europa Ocidental desde os meados dos anos 1970 até o final dos anos 1990. Ele encontrou um declínio médio superior a 36% no voto baseado em quatro classes sociais. O declínio foi maior nos países em que anteriormente o esquema classista era mais forte, como Alemanha, Holanda e Grã-Bretanha. As consequências dessas mudanças sociais para a teoria sociológica do voto são claras, especialmente no que diz respeito às clivagens de classe. Existe uma tendência de declínio do voto classista que é encontrada em quase todas as democracias.

Outra clivagem social contemporânea importante é a religião. Desde que os autores da Universidade de Colúmbia chamaram a atenção para a importância dessa variável, diversos autores a investigaram. Alguns (como ROSE e URWIN, 1969) chegam mesmo a afirmar que divisões religiosas, não de classes, constituem atualmente a principal base social dos partidos ocidentais. Isso parece fazer algum sentido quando observamos a emergência política dos evangélicos nos EUA, evidenciada nas campanhas eleitorais e no governo de George W. Bush entre 2000 e 2008, e no Brasil, onde a candidatura de Anthony Garotinho em 2002 polarizou católicos e evangélicos¹.

Na literatura internacional, em suma, a posição das variáveis socioeconômicas em um modelo de decisão de voto é variável. Por um lado, diversos autores defenderam e defendem a importância dessas variáveis (LAZARFELD, BERELSON e GAUDET, 1948; BERELSON, LAZARFELD e MCPHEE, 1954; BENNEY, GRAY e PEAR, 1956; MILNE e MACKENZIE, 1958; LIPSET, 1981; LIPSET & ROKAN, 1967; CAMPBELL et al., 1960; BUTLER e STOKES, 1969). Por outro, novas linhas de pesquisa apontam para o declínio das explicações sociológicas do voto. Para muitos, a velha ordem social já não consegue dar conta da complexa realidade em que vivemos. A ampliação do discurso para atender às novas demandas da agenda política e a crescente exposição a outras fontes de informação, especialmente a mídia eletrônica, erodiram os valores que embasavam os conflitos sociais e orientavam a

¹ Ver dados do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB (ALMEIDA et. al., 2002).

escolha eleitoral (DALTON, 1984; DALTON e WATTENBERG, 1993; INGLEHART, 1990; MILLER e SHANKS, 1996; KNUTSEN, 2006).

De qualquer forma, isso não significa que as clivagens sociais tornaram-se completamente irrelevantes. Apenas perderam força explicativa para o entendimento do comportamento do eleitor, algo que foi intensificado com o obscurecimento das imagens partidárias. As mudanças estão dando um fim às simples estruturas de clivagens sociais que outrora enquadravam a competição partidária e proporcionavam a muitos eleitores um caminho fácil na tomada de suas decisões eleitorais. Contudo, as diferenças sociais não se extinguíram e devem continuar a influenciar os resultados políticos, em especial nos países com grande desigualdade social, como o Brasil.

3. A abordagem socioeconômica da decisão do voto no Brasil

As pesquisas realizadas no Brasil para explicar o comportamento eleitoral são fortemente marcadas pela escola sociológica. A hipótese geral presente em quase todas é que as características demográficas e socioeconômicas dos eleitores influenciam os resultados eleitorais. Os primeiros trabalhos importantes foram realizados entre as décadas de 1950 e 1970, e continham dados eleitorais e censitários agregados. Procurava-se mostrar que aspectos demográficos e socioeconômicos gerais, como os índices de urbanização e industrialização, estavam relacionados com o comportamento do eleitor (SIMÃO, 1956; FERREIRA, 1960 e 1964; SOARES, 1961a, 1961b e 1973).

A partir dos anos 1970, os pesquisadores passam a utilizar dados de pesquisa quantitativa, mantêm a perspectiva sociológica e incorporam a escola psicológica de análise. Características e opiniões pessoais dos eleitores passam a ser conhecidas ao nível individual, abrindo-se amplas possibilidades analíticas (LAMOUNIER, 1980; LAMOUNIER e CARDOSO, 1978; REIS, 1978).

Apesar das diversas pesquisas realizadas, ainda não existem estudos que utilizem dados de pesquisas quantitativas para estudar o impacto das condições socioeconômicas sobre o comportamento eleitoral no Brasil ao longo do tempo. Além disso, a disputa entre o Partido da

Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT) pela Presidência da República que marcou as quatro últimas eleições presidenciais ainda não foi investigada sob o ponto de vista das possíveis clivagens sociais que nela se refletiram. Como visto na seção anterior, há estudos que mostram os efeitos das variáveis classes, sexo, etnia, região e religião sobre a decisão de voto. Na literatura nacional, esta abordagem está ainda pouco explorada. Um dos objetivos deste trabalho é contribuir para definir sua importância no contexto eleitoral brasileiro. A pergunta central é: existem bases sociais de PSDB e PT no eleitorado brasileiro?

A resposta para essa pergunta exige que investiguemos como as características socioeconômicas dos eleitores foram consideradas nos trabalhos sobre o comportamento eleitoral no Brasil. Nessa perspectiva, vamos considerar apenas os que utilizam pesquisa de opinião ao nível nacional.

3.1 Análises eleitorais com dados de survey com amostras nacionais

A realização de eleições diretas para a Presidência da República em 1989 reabriu o tema para a análise dos pesquisadores do comportamento eleitoral no Brasil, ou seja, recolocou a eleição presidencial na agenda de pesquisa. O principal corpo de pesquisa sobre o tema havia tratado até aquele momento de eleições subnacionais com dados de pesquisas por amostragem localizadas. A partir do retorno das eleições para presidente, foi necessário realizar pesquisas de âmbito nacional, para captar os aspectos mais importantes da nova situação política.

O artigo de Singer (1990) foi um dos primeiros que tratou dos aspectos socioeconômicos da eleição de 1989. No trabalho, o autor explora dados de pesquisa nacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) no final de 1989 e mostra diferenças importantes no comportamento eleitoral de acordo com as características dos eleitores. O que mais chama a atenção do autor é o fato de Fernando Collor ter sido eleito graças ao apoio que recebeu dos

mais pobres, com renda de até dois salários mínimos, e dos menos escolarizados, com até o primário completo. Ele observa que "o predomínio de Collor nesses estratos não se deu no início da campanha. Houve um momento em que Collor era mais forte entre os mais ricos" (SINGER, 1990, p. 139). Ao longo da campanha, contudo, Collor começa a avançar sobre o eleitorado mais pobre e escolarizado, e a perder espaço entre os eleitores mais ricos e escolarizados. "Uma vez aderido a Collor, esse eleitorado resistiu a uma campanha que desgastou intensamente o candidato em outros setores da população" (SINGER, 1990, p. 141). O autor também identificava, na vitória de Collor, possível retorno a um estilo populista de fazer política, à margem dos partidos, com um discurso de confronto contra as elites e com forte base de apoio entre as massas urbanas.

Um dos primeiros trabalhos de fôlego sobre o comportamento eleitoral em eleições presidenciais no Brasil foi a tese de Castro (1994). A autora argumenta que, para uma completa análise do comportamento eleitoral no Brasil, é necessário lançar mão, ao mesmo tempo, das três principais correntes por ela identificadas: os estudos sociológicos, tanto os ecológicos, como os baseados em surveys; os psicossociológicos, que levam em conta percepções, atitudes, crenças, opiniões e expectativas dos eleitores; e a perspectiva institucional, orientada por uma abordagem na linha da teoria da escolha racional. Nenhuma dessas correntes, isoladamente, teria conseguido dar conta da complexidade eleitoral brasileira, e uma teoria para explicar o comportamento eleitoral teria de considerar, simultaneamente, fatores macroestruturais e fatores de tipo micro.

Esta abordagem é francamente influenciada pela perspectiva sociológica. A hipótese mais geral da pesquisa é que viver em contextos estruturais diferentes, em termos político-institucionais e socioeconômicos, levaria a escolhas eleitorais diferentes. Para testar essa hipótese, foram utilizados dados de uma pesquisa nacional realizada pelo Vox Populi e outra, municipal, realizada pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte.

Metodologicamente, Castro (1994) trabalha com três variáveis dependentes, todas derivadas da pergunta estimulada sobre a decisão do voto. A primeira envolve sete categorias e focaliza as intenções de voto nos principais candidatos; a segunda foi composta com três categorias, com as intenções de voto agrupadas por tendências ideológicas dos candidatos; e a terceira, com duas categorias — os eleitores que tinham candidato e os que não tinham. Como variáveis independentes, foram utilizadas a região do país e o tipo ou porte da cidade (como indicadores de dimensões macroestruturais), o sexo, a idade, a renda domiciliar e a escolaridade (como indicadores de status socioeconômico e experiências de relações sociais) e o grau de sofisticação política, a preferência partidária e as opiniões dos eleitores a respeito dos candidatos. A sofisticação política é um constructo a partir do somatório de quatro variáveis, quais sejam: o interesse por política, o envolvimento no processo eleitoral, a exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão e o grau de informação a respeito dos candidatos.

Os dados analisados no trabalho mostram, em particular, que a intenção de voto está altamente correlacionada com a preferência partidária dos eleitores. Também evidenciam que, para explicar o comportamento eleitoral, é importante conhecer o grau de sofisticação política do eleitor. Para Castro (1994), a sofisticação política seria a variável explicativa que melhor caracterizaria o comportamento eleitoral do brasileiro. A minoria dos eleitores sofisticados vota orientada por opiniões sobre questões políticas diversas e por uma preferência partidária baseada em uma visão informada sobre os partidos e os candidatos. A maioria não sofisticada, por sua vez, é desinformada e não tem opinião sobre as grandes questões do debate político; além disso, "tende a atribuir a seus candidatos as qualidades e as opiniões que mais lhe agradam" (CASTRO, 1994, p. 180). Assim, as opiniões vagas e difusas que os eleitores não sofisticados formariam dos candidatos constituiriam a orientação principal para o voto. Tais opiniões não seriam imprevisíveis ou aleatórias, mas baseadas na capacidade que cada candidato teria de transmitir uma imagem de defensor dos pobres e dos trabalhadores.

Em sua abordagem, as características socioeconômicas dos eleitores são muito importantes. A centralidade da sofisticação política é uma variável fortemente definida por aquelas características. Além disso,

fatores como escolaridade, renda familiar, idade, sexo e mesmo raça influem sobre a intenção de voto, não só porque fazem variar os graus de sofisticação política e de participação dos eleitores, como também podem estar diretamente relacionados com as escolhas eleitorais, principalmente quando os graus de sofisticação política e de participação são muito baixos (CASTRO, 1994, p. 169).

Se levarmos em conta que, de fato, a identificação partidária, a sofisticação e a participação são baixas entre os eleitores brasileiros, o comportamento eleitoral seria, na ótica da autora, influenciado basicamente por suas características socioeconômicas. O que a autora não indica em sua análise é como as diferentes categorias das variáveis com as quais trabalha exercem impacto sobre a direção do voto. Ou seja, não se sabe, a partir do seu trabalho, se existem ou não bases sociais dos partidos ou dos candidatos.

A partir de meados dos anos 1990, a preocupação com as variáveis socioeconômicas na análise do comportamento eleitoral começa a sair do foco. Trabalhos importantes que analisam eleições presidenciais, como as teses de Carreirão (2002) e Singer (2000), são indicativos dessa nova abordagem.

O trabalho de Singer (2000) sobre o comportamento do eleitor brasileiro defende a idéia de que a identificação ideológica deve ser incorporada à análise do comportamento eleitoral, por ser um dos componentes de orientação do sufrágio e uma forte variável preditiva. Não discutiremos por aqui se a ideologia tem ou não importância na disputa PSDB-PT, mas vamos destacar que o autor, em seu exame de duas eleições presidenciais, não apresenta qualquer arrazoado sobre diferenças ou semelhanças socioeconômicas das candidaturas. Para não dizer que as condições socioeconômicas não aparecem no trabalho de Singer, ele correlaciona a escolaridade e a renda com o voto em 1989 e 1994 e procura mostrar que estas duas variáveis têm fraca relação com

o comportamento eleitoral. Ou seja, frente à ideologia, as condições socioeconômicas seriam irrelevantes para a decisão do voto.

O trabalho de Carreirão (2002) também não avalia os possíveis efeitos das características socioeconômicas na decisão do voto nas eleições presidenciais de 1989 até 1998. A tese central do trabalho é que a avaliação de desempenho dos candidatos é determinante para os resultados das eleições. Apenas se considera a escolaridade como indicador de sofisticação política. Isto é, não é utilizada para apontar variações na decisão do voto diretamente dependentes do grau de escolaridade, mas para buscar compreender o relacionamento de outras variáveis com o voto, segundo os níveis de escolaridade. Nessas condições, existiriam diferentes modelos de comportamento eleitoral, de acordo com a posição do eleitor em uma escala de sofisticação política medida pela escolaridade.

Em suma, os trabalhos que trataram de voto e condições socioeconômicas, tanto no Brasil, como no exterior, mostram que estas guardam alguma relação com o comportamento eleitoral. Desde os primórdios, com as análises de dados agregados, até os dias de hoje, com a utilização de dados de levantamentos por amostragem representativos do conjunto do eleitorado, os autores nunca deixaram de examinar algum aspecto social. O que diferiu foi a ênfase dada ao tema ao longo do tempo. No início, esse era o principal recorte. Pouco a pouco, foi sendo substituído por outras abordagens, ainda que seus efeitos nunca tenham sido negados.

Chama atenção, na literatura brasileira, a ausência de estudos sobre a existência denexo causal entre condições socioeconômicas e voto, especialmente quando, nas eleições presidenciais — sempre as mais visíveis para o eleitorado — , existe claro e demorado embate entre dois partidos políticos. Ninguém ainda procurou investigar se existem características socioeconômicas significativas para a orientação do voto no PSDB ou no PT entre 1994 e 2006. Faremos isso aqui: vamos nos dedicar às variáveis mais importantes sugeridas na literatura, quais sejam: nível socioeconômico (que está relacionado à escolaridade) e renda, sexo, religião, etnia, região do país, porte dos municípios e

participação na população economicamente ativa. Antes, na próxima seção, vamos fazer uma breve apresentação do contexto socioeconômico em que ocorreram as disputas presidenciais desde 1994.

4. Contexto socioeconômico das disputas presidenciais entre PSDB e PT no período de 1994 a 2006

Não é objetivo desta seção remontar todo o cenário socioeconômico brasileiro de mais de uma década de duração. Importa apenas destacar alguns aspectos que parecem ser mais relevantes para o argumento do trabalho. O que buscamos aqui é testar a hipótese de que as características socioeconômicas dos eleitores afetam suas decisões eleitorais entre PSDB e PT. A seguir, portanto, traçamos um quadro sucinto das principais transformações socioeconômicas do país ao nível macro; depois, apresentamos os dados socioeconômicos utilizados neste trabalho; finalmente, testamos as hipóteses sugeridas na literatura.

4.1 Macrotransformações socioeconômicas

A eleição presidencial de 1994 foi precedida de muitos anos de instabilidade. Na política, ocorreram diversos fatos inesperados logo após o retorno dos civis ao poder.

Eleito pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves adoece e morre antes de tomar posse. O presidente eleito pelo voto direto em 1989 é impedido pelo Congresso Nacional em 1992. Na economia, os governos Sarney, Collor e Itamar editam diversos planos econômicos, os quais, via de regra, naufragam em meio a acentuadas altas inflacionárias. Na sociedade, desde os anos 1980, os movimentos sociais liderados pelas centrais sindicais e pelos trabalhadores sem terra procuram, muitas vezes pelo confronto, interferir nos assuntos de seus interesses.

Após o impedimento do presidente Collor, o governo de Itamar Franco conseguiu formar ampla coalizão que logrou êxito em controlar a inflação a partir da edição do Plano Real. Em junho de 1994, a inflação medida pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI/FGV) foi de 46,6%. Desde então, o pico inflacional foi observado em

novembro de 2002, quando atingiu 5,8%; em 2006, por exemplo, o índice mensal nunca foi maior que 1%. A estabilidade econômica tornou possível melhor planejamento financeiro por parte dos eleitores, uma vez que o salário deixou de ser corroído pela inflação, o que permitiu às pessoas estenderem seus horizontes para além da semana do pagamento.

O grande legado do Plano Real foi mais do que simples estabilidade econômica. Em grande medida, o Brasil conquistou também estabilidades política e social sem precedentes. Isso não significa dizer que tenhamos ficado livres de crises políticas, econômicas ou sociais, mas que, seguramente, estamos mais resistentes a estas do que estávamos no século passado. Diversas crises políticas ocorreram durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, todas resolvidas dentro do próprio sistema político, sem ameaças de rupturas institucionais.

Se a estabilidade que alcançamos é louvável, o país ainda é marcado por profunda desigualdade socioeconômica. O principal índice que mede a desigualdade é o de Gini. Desde 1994, caiu pouco, mas constantemente, passando de 0,60 entre 1993 e 1995 para 0,57 desde 2005 (IPEA), o mais baixo patamar histórico. A taxa de pessoas pobres caiu de 42% na primeira metade dos anos 1990 para em torno de 35% após a segunda metade daquela década, chegando a 30% em 2005. No Brasil, quase um terço da população vive com até meio salário mínimo per capita. Em termos absolutos, são cerca de 57 milhões de pessoas. Se se acrescentam a este grupo as pessoas sem rendimento, chega-se à estimativa de 63 milhões de pessoas que podem ser consideradas pobres. Dentro do país, as diferenças também são acentuadas: no Nordeste, a proporção de pessoas que vivem com até um salário mínimo é de quase 51%, enquanto no Sudeste não chega a 18%.

Com a inflação estável e a desigualdade em lenta queda, o cenário macroeconômico do período deixa a desejar, quando consideramos o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o desemprego. O período dominado por PSDB e PT na disputa eleitoral e na Presidência da República foi o de menor crescimento econômico

desde que as taxas de crescimento anual passaram a ser medidas com maior confiança. No regime democrático inaugurado em 1945 e extinto em 1964, o crescimento médio anual foi de 7,1%; caiu para 6,2% durante a ditadura militar; para 2,8% no período que vai do retorno dos civis à Presidência até o Plano Real; e para 2,4% após o Plano Real (IBGE). O PIB per capita aumentou ano a ano, pouco a pouco, passando de R\$ 10.840 em 1994 para R\$ 12.440 em 2006².

Um dos aspectos mais importantes do cenário macroeconômico, por conta de seus efeitos políticos, é o desemprego. Na região metropolitana de São Paulo, o índice de desempregados medido pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese) oscilou entre 13,6% em janeiro de 1994 e 14,4% no mesmo mês de 2006. Os picos de desemprego, com taxas de mais de 20%, foram observados em 1999 e entre 2002 e 2004³. Os desequilíbrios regionais observados no Brasil com a grande concentração econômica pouco mudaram nesses anos. A Região Sudeste continua concentrando mais de 55% do PIB. Por um lado, a desaceleração do crescimento econômico é o ponto fraco dos governos tucano-petistas. Por outro, mesmo que lentamente, pela primeira vez o país cresce e distribui renda, e a expectativa é de aceleração do crescimento econômico.

O Brasil continua com grandes gargalos estruturais, dentre os quais um dos mais importantes é o baixo nível de escolaridade de sua população. O dado disponível mostra constante, mas lenta, melhoria nos indicadores. A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais passou de 16% em 1993 para 12% em 2003; o número médio de anos que as pessoas com mais de 10 anos de idade freqüentam a escola passou de 5 para 6,4 anos, e a taxa de escolarização das pessoas de 7 a 24 anos aumentou em todos os grupos de idade analisados (IBGE).

De forma geral, o Brasil pós-1994 encontrou, a partir da economia, razoável estabilidade social e política. Do conjunto de dados

² Em R\$ de 2006, segundo o Ipeadata.

³ Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), conduzida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Dieese.

macroeconômicos apresentados, o que se observa é que, salvo a inflação, que foi debelada e deixou de ser uma questão política importante, os demais indicadores mostram certa paralisia, sem crescimento econômico expressivo e com tímidos avanços sociais. A principal bandeira social do governo Lula, a Bolsa Família, transferência direta de recursos do Tesouro, beneficiava mais de 11 milhões de famílias de baixa renda em 2006, o que seguramente representou expressivo trunfo político.

4.2 Dados socioeconômicos⁴

Na revisão da literatura que fizemos, a variável socioeconômica mais relevante para o comportamento eleitoral é a posição social do indivíduo. Essa posição foi medida das mais diversas maneiras. Mas existe, especialmente no Brasil, uma preferência por considerá-la em termos de níveis de escolaridade, ou de renda, ou de ocupação. Outras características importantes apontadas pela literatura são sexo do indivíduo, sua idade, sua etnia, sua religião, a região do país onde vive, o porte da cidade onde vive e se vive em zona rural ou urbana. Ao total, serão abordadas dez variáveis socioeconômicas.

Nesse trabalho, além do Estudo Eleitoral Brasileiro (2002), utilizamos como base empírica levantamentos feitos pelo Datafolha em 1994, pelo Vox Populi em 1998, pela Ipsos Opinion em 2002 (OLSEN, MARTINS JR e FERNANDES, 2002) e pela Analítica Consultoria em 2006 (OLSEN, FERNANDES e PIMENTEL, 2006). Utilizar dados de pesquisas de institutos de opinião pública representa um risco, uma vez que foram planejadas para serem divulgadas na imprensa ou para orientar campanhas eleitorais. Contudo, essas bases de dados foram construídas com o mesmo rigor metodológico que se exige das pesquisas acadêmicas. Além disso, esses dados estão disponíveis para os pesquisadores, algo que muitas vezes não ocorre quando uma pesquisa

⁴ A partir deste ponto, a referência aos dados significa a utilização dos bancos de dados organizados pelo Datafolha (1994), indicados nas tabelas por "1994"; pelo Vox Populi (1998), indicados por "1998"; por Almeida et al. (2002), "2002-E"; pela Ipsos Opinion (2002), "2002-I"; e pela Analítica Consultoria (2006), "2006".

é realizada em universidades. Se estas não produzem o conhecimento necessário para o desenvolvimento científico, o mundo privado pode ser um parceiro importante nessa empreitada, na mesma medida em que foi e continua sendo nos Estados Unidos e na Europa.

A Tabela 1, a seguir, apresenta as variáveis independentes utilizadas para estudar o comportamento eleitoral neste trabalho. Os dados apresentados referem-se às distribuições obtidas a partir de pesquisas eleitorais representativas do conjunto do eleitorado brasileiro. Ainda que as amostras de cada uma das pesquisas tenham sido selecionadas de forma diferente, é possível assegurar que constituem o melhor retrato dos eleitores brasileiros nos momentos em que foram realizadas.

DOSSIÊ PARTIDOS, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO

Tabela 1 - Características socioeconômicas dos eleitores (%)

Características socioeconômicas dos eleitores	1994	1998	2002-E	2002-I	2006
Sexo					
Masculino	50	51	45	49	48
Feminino	50	49	55	51	52
Idade					
Mais jovens	23	24	23	22	21
Intermediária 1	28	14	24	25	24
Intermediária 2	20	24	20	21	21
Intermediária 3	18	17	19	19	21
Mais velhos	11	21	14	13	13
Escolaridade					
Até fundamental completo	67	67	62	69	62
Médio incompleto ou mais	33	33	38	31	38
Renda familiar					
Até cinco salários mínimos	54	61	74	85	86
Cinco salários mínimos ou mais	46	39	26	15	14
População economicamente ativa (PEA)					
PEA	n/d	60	56	77	69
Não-PEA	n/d	40	44	23	31
Etnia					
Branco	60	n/d	48	56	40
Negro/Mulato	36	n/d	43	39	58
Outras	4	n/d	9	5	2
Religião					
Católico	n/d	n/d	70	n/d	71
Protestante/evangélico	n/d	n/d	17	n/d	18
Outros/nenhuma	n/d	n/d	13	n/d	11
Região					
Norte	n/d	7	5	6	7
Nordeste	n/d	26	23	28	28
Centro-Oeste	n/d	8	6	8	7
Sudeste	n/d	44	52	43	43
Sul	n/d	15	14	15	15
Porte da cidade					
Até 100.000 habitantes	n/d	51	n/d	49	n/d
Mais de 100.000 habitantes.	n/d	12	n/d	15	n/d
Capital ou região metropolitana (RM)	n/d	37	n/d	n/d	n/d
Capital	n/d	n/d	29	23	24
Região Metropolitana	n/d	n/d	n/d	13	12
Não capital ou não rm	n/d	n/d	71	n/d	64
Área residencial					
Rural	n/d	26	n/d	n/d	n/d
Urbana	n/d	74	n/d	n/d	n/d

Legenda: n/d = não disponível.

Fontes: ver nota de rodapé 4.

O que se observa é que apenas renda e etnia apresentam alterações significativas. A renda familiar cai consideravelmente no período. Em 1994, 53% dos eleitores recebiam até cinco salários mínimos e 47% auferiam mais do que isso; em 1998, os dois grupos passaram para 61% e 39%, respectivamente; em 2002, os percentuais eram 69% e 31%; em 2006, atingiram 85% e 15%. A cor da pele declarada pelo eleitor brasileiro também mudou significativamente nesses 12 anos: antes, declaravam-se brancos 60% dos entrevistados, índice que caiu para 40% em 2006; o índice de negros e mulatos passou de 36% para 58%.

De maneira geral, é grande o índice de eleitores que possuem até o Ensino Fundamental completo, oscilando entre 67% em 1994 e 62% em 2006. Isso significa que em torno de dois terços do eleitorado brasileiro tem nível de escolaridade que não vai além do Ensino Fundamental. Ou seja, a partir da leitura da tabela fica claro que o eleitorado brasileiro tornou-se mais pobre, menos branco e continuou pouco escolarizado. Isso não representa muita novidade para quem acompanha a política, mas são características importantes que exigem investigação mais sistemática para definir seus efeitos sobre a direção do voto. Algumas teorias sobre o voto dão grande peso à qualidade do eleitor, medida das mais diferentes maneiras. Contudo, o que realmente conta no eleitorado brasileiro não é a qualidade do eleitor, mas a grande massa de eleitores de baixo estrato social.

As outras variáveis não apresentaram mudanças significativas em suas distribuições. Resta saber se o mesmo acontece com relação aos efeitos que exercem sobre o sistema eleitoral.

5. Análise dos impactos eleitorais das características socioeconômicas dos eleitores nas eleições presidenciais no Brasil de 1994 até 2006

Nesta seção, estudam-se os impactos das condições socioeconômicas na direção do voto. Para isso, utilizamos regressões logísticas para a intenção de voto no PSDB e no PT. Os modelos de

regressão são extremamente úteis para a análise multivariada, que aqui é o nosso principal objetivo. Não obstante, também realizamos análises bivariadas dos dados. Nestes casos, são usadas regressões logísticas da mesma maneira, para permitir melhor comparação entre os dados apresentados e analisados. As variáveis dependentes são VotaPSDB e VotaPT, ambas com as seguintes categorias: não vota = 0 e vota = 1. As variáveis independentes são apresentadas e analisadas na mesma ordem da Tabela 1.

Foram analisados 18 modelos logísticos bivariados, dos quais nove para a ocorrência de voto no PSDB e nove para a ocorrência de voto no PT. O aspecto mais importante a ser destacado é a aparente metamorfose da base eleitoral petista de 1994 até 2006, especialmente na passagem da oposição para o governo. Nas eleições de 1994, 1998 e 2002, as chances de voto no partido tendem a ser maiores entre os mais escolarizados, entre os mais jovens, entre os trabalhadores e entre os católicos. Na eleição de 2006, quando conquista a Presidência da República, as chances de voto no PT tornam-se maiores entre os menos escolarizados, entre os mais velhos, entre os de menor renda, entre os não brancos. Os aspectos que permanecem nesse período são as maiores probabilidades de voto entre homens e entre católicos.

Quanto ao PSDB, a passagem do governo à oposição não fez mudar significativamente a composição de seu eleitorado. O partido sempre obteve maiores chances entre os eleitores de maior renda e brancos e menores chances no Nordeste e nas capitais e regiões metropolitanas. A escolaridade passou a ser significativa em 2006, o que indica maior probabilidade entre os mais escolarizados. O sexo e a idade do eleitor são variáveis que ora atuam em um sentido, ora em outro, o que não permite considerações conclusivas.

Também foi possível observar uma provável polarização nos dois turnos de 2006 entre PSDB e PT no que diz respeito às variáveis escolaridade, renda, etnia e região. As chances tucanas tornaram-se significativamente maiores entre os mais escolarizados, os de maior renda, os brancos e nas regiões Sul e Centro-Oeste. As chances petistas

cresceram entre os menos escolarizados, os de menor renda, os não brancos e nas regiões Nordeste e Norte.

Tomadas isoladamente, nenhuma variável apresentou algum impacto em um mesmo sentido para os dois partidos no conjunto das eleições. Todas as variáveis ou não exerceram impacto significativo ou trocaram de sinal. Portanto, a princípio não faz sentido falar em bases eleitorais demográficas e socioeconômicas dos partidos. Contudo, para uma conclusão mais segura, é necessário estudar os modelos para a ocorrência de voto em PSDB e PT com o conjunto das variáveis socioeconômicas.

6. Modelos logísticos com o conjunto de variáveis socioeconômicas

Após o exame das regressões bivariadas para a ocorrência de intenção de voto no PSDB e no PT, cabe agora recorrer à principal qualidade do tipo de modelagem de dados utilizado neste trabalho, para considerar simultaneamente todas as co-variáveis demográficas e socioeconômicas.

Quanto aos modelos para o PSDB, sem considerar níveis de significância, vemos que o partido sempre teve menores chances de intenção de voto no Sudeste e no Sul, em relação a Norte ou Norte/Centro-Oeste, e em capitais e regiões metropolitanas, em comparação com outros tipos de cidade (ver Quadro 1).

DOSSIÊ PARTIDOS, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO

Quadro 1 - Modelo de regressão logística para a ocorrência de voto no PSDB – conjunto das variáveis socioeconômicas

	Modelo 1994	Modelo 1998	Modelo 2002 1º turno	Modelo 2002 2º turno	Modelo 2006 1º turno	Modelo 2006 2º turno
VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS						
Sexo: masculino	1,183 (0,1)	1,19* (0,1)	0,909 (0,1)	0,826 (0,1)	0,843 (0,1)	0,599** (0,1)
Idade: faixas etárias	0,986 (0,03)	0,927** (0,03)	1,131** (0,04)	1,119** (0,04)	0,95 (0,06)	0,937 (0,05)
Escolaridade: mais escolarizados	0,779* (0,1)	0,861 (0,1)	1,019 (0,1)	1,035 (0,1)	1,327 (0,2)	1,149 (0,1)
Renda familiar de cinco salários mínimos ou mais	1,258* (0,1)	1,183* (0,1)	1,309* (0,1)	1,596** (0,1)	1,15 (0,2)	1,328 (0,2)
PEA			0,965 (0,1)	0,979 (0,1)	0,893 (0,2)	1,135 (0,1)
Branco	0,997 (0,04)		1,26* (0,1)	1,052 (0,1)	1,626** (0,1)	1,646** (0,1)
Católico			1,675** (0,1)	1,03 (0,1)	0,945 (0,1)	0,941 (0,1)
Nordeste		0,597** (0,2)	0,579 (0,3)	0,492** (0,3)	0,416** (0,2)	0,358** (0,2)
Centro-Oeste		0,872 (0,2)	1,304 (0,3)	0,805 (0,3)		
Sudeste		0,706* (0,2)	0,806 (0,3)	0,617 (0,3)	0,941 (0,2)	0,784 (0,2)
Sul		0,613** (0,2)	0,888 (0,3)	0,712 (0,3)	0,751 (0,2)	0,936 (0,2)
Capital e região metropolitana		0,765** (0,2)				
Capital			0,802 (0,1)	0,895 (0,1)	0,636** (0,2)	0,859 (0,1)
Região metropolitana					0,897 (0,2)	0,977 (0,2)
R ²	0,01	0,02	0,04	0,03	0,07	0,1
N	2.145	3.154	2.514	2.514	1.453	1.453
Casos previstos corretamente	54%	66%	81%	75%	80%	71%
Votos no PSDB previstos corretamente	19%	1%	0%	0%	0%	12%
Previsões de voto no PSDB corretas	53%	52%	0%	0%	0%	62%
Chance na base	45%	48%	14%	28%	26%	39%

Notas: * p < 0,05. ** p < 0,01.

Fonte: 1994: Datafolha (1994); 1998: Vox Populi (1998); 2002: Almeida et al. (2002); 2006: Analítica Consultoria (2006).

Algumas características importantes, como sexo, idade e escolaridade, exercem efeitos diferentes sobre as chances de voto em cada eleição. Até 1998, as chances de voto no PSDB eram maiores entre os homens e tornaram-se maiores entre as mulheres a partir de 2002. As chances de voto cresceram junto com a idade do eleitor apenas nos dois turnos de 2002; nas outras eleições, ocorreu o inverso. A religião indica maior apoio entre os católicos apenas no primeiro turno de 2002.

A análise dos R^2 e dos índices de previsões corretas revelam que os modelos socioeconômicos têm baixo poder explicativo e preditivo. Ou seja, conhecer a condição socioeconômica dos eleitores não ajuda muito a compreender seu comportamento em relação ao PSDB. Cabe destacar que, até aqui, o melhor modelo para explicar e prever a intenção de voto no partido é o do segundo turno da eleição em 2006, quando as chances de intenção de voto no partido foram muito superiores entre as mulheres, os brancos e nas regiões Norte/Centro-Oeste.

Os modelos para a ocorrência de intenção de voto no PT mostram que, independentemente do nível de significância, o partido sempre tendeu a ser melhor entre os homens, entre os católicos e na região Nordeste (ver Quadro 2, a seguir). Em todas as eleições, as razões de chance para essas variáveis são maiores que um. Por outro lado, o partido sempre teve piores chances na região Centro-Oeste.

O que mais chama a atenção em relação aos modelos do partido é a inversão nas razões de chance de voto em seis das 14 categorias apresentadas no Quadro 2, quando o partido disputa a reeleição. Até 2002, o partido obtinha melhores chances entre os mais jovens, os mais escolarizados, os pertencentes à PEA, na região Sul e nas capitais e regiões metropolitanas. Na eleição de 2006, essas chances invertem-se, e o partido passa a obter melhores resultados entre os mais velhos, os menos escolarizados, os que estão fora da PEA, fora da região Sul e fora das capitais e regiões metropolitanas. Isso significa que ocorreu uma transformação profunda na base de apoio socioeconômico do partido quando este se tornou governo. Esse aspecto fica evidenciado quando observamos os valores dos R^2 e os percentuais de previsões de voto corretas. No caso petista de 2006, obtêm-se os maiores R^2 dos modelos

DOSSIÊ PARTIDOS, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO

desse trabalho, que atingem 0,15 no primeiro turno e 0,13 no segundo turno. Também são nesses dois turnos que encontramos os melhores modelos preditivos, com mais de dois terços de previsões de voto corretas. Todavia, assim como no caso do PSDB, não se pode falar na existência de uma base socioeconômica de voto no PT.

Quadro 2 - Modelo de regressão logística para a ocorrência de voto no PT – conjunto das variáveis socioeconômicas

	Modelo 1994	Modelo 1998	Modelo 2002 1º turno	Modelo 2002 2º turno	Modelo 2006 1º turno	Modelo 2006 2º turno
VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS						
Sexo	1,222 (0,1)	1,08 (0,1)	1,107 (0,1)	1,074 (0,1)	1,8** (0,1)	1,709** (0,1)
Idade	0,875** (0,04)	0,916** (0,03)	0,927* (0,04)	0,953 (0,03)	1,037 (0,05)	1,057 (0,05)
Escolaridade: mais escolarizados	1,567** (0,1)	1,069 (0,1)	1,055 (0,1)	1,16 (0,1)	0,704** (0,1)	0,762* (0,1)
Renda familiar de cinco salários mínimos ou mais	0,928 (0,1)	0,708** (0,09)	0,994 (0,1)	0,931 (0,1)	0,833 (0,2)	0,965 (0,2)
PEA			1,275* (0,1)	1,357** (0,1)	0,975 (0,1)	1,011 (0,1)
Branco	0,916 (0,01)		0,9 (0,1)	0,892 (0,1)	0,605** (0,1)	0,588** (0,1)
Católico			1,903** (0,1)	1,384** (0,1)	1,754** (0,1)	1,481** (0,1)
Nordeste		1,217 (0,2)	1,063 (0,2)	1,288 (0,2)	2,156** (0,2)	2,264** (0,2)
Centro-Oeste		0,914 (0,2)	0,759 (0,3)	0,86 (0,3)		
Sudeste		0,976 (0,2)	0,975 (0,2)	1,148 (0,2)	0,97 (0,2)	1,006 (0,2)
Sul		1,247 (0,2)	1,001 (0,3)	1,077 (0,3)	0,701 (0,2)	0,81 (0,2)
Capital e região metropolitana		1,425** (0,1)				
Capital			0,929 (0,1)	1,031 (0,1)	0,868 (0,1)	0,856 (0,1)
Região metropolitana					1,113 (0,2)	0,95 (0,2)
R ²	0,03	0,02	0,04	0,02	0,15	0,13
N	2.145	3.154	2.514	2.514	1.453	1.453
Casos previstos corretamente	78%	75%	58%	57%	64%	63%
Votos no PT previstos corretamente	0%	0%	30%	79%	67%	75%
Previsões de voto no PT corretas	0%	0%	52%	58%	65%	66%
Chance na base	25%	27%	32%	42%	40%	47%

Notas: * p < 0,05. ** p < 0,01.

Fonte: 1994: Datafolha (1994); 1998: Vox Populi (1998); 2002: Almeida et al. (2002); 2006: Analítica Consultoria (2006).

Considerando os dois modelos, as únicas variáveis que mantêm em todas as eleições e para os dois partidos alguma influência no mesmo sentido são a renda familiar, a cor da pele e a região Nordeste. O PSDB sempre teve melhores chances de voto entre os de maior renda familiar e os brancos e sempre teve piores chances na região Nordeste. O PT, por sua vez, é sempre melhor entre os de menor renda, os não-brancos e no Nordeste. Assim, se é possível falar em diferenças entre os eleitores de PSDB e PT, elas residem nessas características. Contudo, em muitas ocasiões, essas diferenças não são estatisticamente significantes, o que nos dá segurança para afirmar que não existem bases socioeconômicas dos partidos que perdurem ao longo do tempo.

Para encerrar a análise dos efeitos das variáveis demográficas e socioeconômicas sobre o comportamento eleitoral, cabe destacar que, em 2006, fica aparente a polarização social entre as candidaturas tucana e petista, especialmente quando se consideram o sexo, a cor da pele e as regiões do Brasil. Isso indica a formação de possível base de apoio partidário que só poderá ser confirmada em 2010.

6. Considerações finais

A análise do comportamento eleitoral tem como tradição levar em consideração as características socioeconômicas dos eleitores. Desde os primeiros trabalhos que utilizaram dados agregados até os mais recentes, que recorrem a dados de survey, estes fatores têm merecido atenção especial dos pesquisadores. Isso não ocorre por acaso, uma vez que muitos identificaram relações importantes entre essas características e o voto, a ponto de encontramos nos trabalhos da escola sociológica a afirmação de que as características socioeconômicas determinam aquele comportamento. No Brasil, não foram poucos os trabalhos inspirados nessa perspectiva que apontaram para conclusões semelhantes. Muitos ainda indicam que a escolaridade, indicativa de posição social, é central para entender como se comporta o eleitor.

O estudo que aqui fizemos mostra que, no caso brasileiro da disputa entre o PSDB e o PT nas eleições presidenciais, conhecer as características socioeconômicas dos eleitores não ajuda muito a prever

sua decisão política entre os dois partidos. No que diz respeito à escolaridade, o aspecto mais importante a ser destacado é que os eleitores menos escolarizados tendem a apoiar o partido do governo, enquanto que os mais escolarizados tendem a apoiar a oposição. Mesmo assim, na maioria dos modelos, a razão de chance entre os mais e os menos escolarizados não é significativa. Ou seja, saber a escolaridade não informa nada a respeito do voto no PSDB ou no PT.

As características socioeconômicas mais importantes para distinguir os eleitores dos dois partidos no decorrer de todo o período foram a renda familiar, a cor da pele e a região do país. Contudo, as diferenças observadas entre os partidos, tomando tais características em consideração, são muito pequenas e, exceto em casos de disputa muito equilibrada, o que ainda não ocorreu entre PSDB e PT, não determinam qualquer resultado eleitoral. Apesar disso, os resultados das eleições de 2006 foram os que mais sofreram influências das características socioeconômicas e que mais polarizaram os eleitorados dos dois partidos. Resta saber o que acontecerá com tal polarização na medida em que incorporarmos novas eleições.

José Paulo Martins Junior é doutor em Ciência Política pela USP, especialista em Métodos Quantitativos pela UFMG, mestre em Ciência Política, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela USP, professor e pesquisador da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo desde 2005.

E-mail: jortins@fespsp.org.br

Referências:

ALMEIDA, Alberto C.; CHEIBUB, Zairo; LOURENÇO, Fernando A.; MENEGUELLO, Rachel. (Orgs.). ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 1998-2002 (Banco de dados). Rio de Janeiro/ Campinas: UFF/UNICAMP. Consórcio de Informações Sociais, 2004. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15 fev. 2007.

BENNEY, Mark; GRAY, A. P.; PEAR, R. H. How People Vote: a study of electoral behavior in Greenwich. New York/London: Humanities Press/Routledge & Kegan Paul, 1956.

DOSSIÊ PARTIDOS, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO

BERELSON, Bernard R.; LAZARFELD Paul F.; MCPHEE, William N. Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.

BUTLER, David; STOKES, Donald. Political Change in Britain: forces shaping electoral choices. New York: St. Martin's Press, 1969.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. The American Voter. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. Florianópolis/Rio de Janeiro: Ed. da UFSC/FGV Editora, 2002.

CASTRO, Mônica M. M. de. Determinantes do comportamento eleitoral — a centralidade da sofisticação política. 1994. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes (Ucam). [1994].

DALTON, Russell J. Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies. *Journal of Politics*, Nashville, n. 46, p. 264-284, 1984.

DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. The not so simple act of voting. In: FINIFTER, Ada W. (Ed.). *Political Science: the state of the discipline II*. Washington (DC): American Political Science Association (Apsa), 1993. p. 193-218.

DATAFOLHA. Pesquisa - 1994. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br>. Acesso em: 12 fev. 2007.

FERREIRA, Oliveiros S. Comportamento eleitoral em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8, p. 162-228, 1960.

_____. Crise de poder do Sistema e as eleições paulistas de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 16, p. 179-226, 1964.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 fev. 2007.

INGLEHART, Ronald. *Cultural Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

DOSSIÊ PARTIDOS, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO

IPEA. Ipeadata. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 07 fev. 2007.

KNUTSEN, Oddbjørn. Class voting in Western Europe: a comparative longitudinal study. Lanham, Md.: Lexington, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 1980.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (Orgs.). Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 1978.

LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. The People's Choice: how voter makes up his mind in a presidential campaign. 2.ed. New York: Columbia University Press, 1948.

LIPSET, Seymour Martin. Political Man: the social bases of politics. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1981.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage structure, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (Eds.). Party Systems and Voter Alignments. New York: The Free Press, 1967. p. 1-64.

MARTIN, John B. Elections of 1868 and 1874. Journal of the Statistical Society of London, London, v. 37, n. 2, p. 193-230, may. 1874.

MILLER, Warren; SHANKS, J. Merrill. The New American Voter. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MILNE, Robert Stephen.; MACKENZIE, Hugh Cormack. Marginal Seat, 1955: a study of voting behaviour in the constituency of Bristol North East at the General Election of 1955. London: Hansard Society, 1958.

NEWMARCH, Willian. On the electoral statistics of the countries and boroughs in England and Wales during the twenty-five years from the Reform Act of 1832 to the present time. Journal of the Statistical Society of London, London, v. 20, n. 2, p. 169-234, 1857.

DOSSIÊ PARTIDOS, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO

OLSEN, Orjan; MARTINS JR. José Paulo; FERNANDES, Hilton (Orgs.). Monitoramento da intenção de voto presidencial - 2002 (Banco de dados). São Paulo: Ipsos Opinion. 2002. (Ainda não disponível).

OLSEN, Orjan; FERNANDES, Hilton; PIMENTEL, Jairo (Orgs.). Monitoramento da intenção de voto presidencial - 2006 (Banco de dados). São Paulo: Análítica Consultoria. 2006. Ainda não disponível.

ROSE, Richard; URWIN, Derek. Social cohesion, political parties and strains in regimes. *Comparative Political Studies*, London, n. 2, p. 7-67, 1969.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

SEADE; DIEESE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em 10 fev. 2007.

SIMÃO, Azis. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 1, p. 130-141, 1956.

SINGER, André. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/ Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), 1990. p. 135-153.

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Classes sociais, strata sociais e as eleições presidenciais de 1960. *Sociologia*, São Paulo, v. XXIII, n. 3, p.217-238, 1961a.

_____. As bases ideológicas do lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 49-70, 1961b.

_____. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

VOX POPULI. Pesquisa – 1998. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 12 fev. 2007.

Texto recebido em 13/10/2009.

Aprovado em 04/12/2009.